

# Finanças & Controle

**UNACON**  
Sindical  
SINDICATO NACIONAL DOS  
AUDITORES E TÉCNICOS FEDERAIS  
DE FINANÇAS E CONTROLE

Circulação  
Nacional  
2020  
Edição XXVIII  
2º semestre/2020



## ELEIÇÕES 2020

**Com 96% dos  
votos válidos,  
filiados elegem  
chapa presidida  
por Bráulio  
Cerqueira**

É a primeira vez que um dirigente egresso da STN irá assumir a presidência do Unacon Sindical

### **REFORMA ADMINISTRATIVA**

Unacon prepara, em parceria com a Servir Brasil, proposta de substitutivo à PEC 32/2020

### **PEC 186/2019**

Com pressão do funcionalismo, relator da PEC Emergencial deixa discussão para 2021

### **GOLPE APOSENTADOS**

Estelionatários solicitam depósito por telefone, carta, email e até pelo WhatsApp

### Diretoria Executiva Nacional

Rudinei Marques

Presidente

Daniel Lara

Vice-Presidente

Bráulio Cerqueira

Secretário Executivo

Arivaldo Sampaio

Diretor de Finanças

Roberto Kodama

Diretor de Assuntos Jurídicos

Roberta Holder

Diretora de Filiados

Frederico Carlos Janz

Diretor de Comunicação Social

### Conselho Fiscal Nacional

Antonio José da Silva, Laura Márcia de Souza Lima Safi  
e Mary Joyce Rocha

### Conselho de Ética Nacional

Adriano Almeida, Estevam Henrique Barbosa  
e Rogério Honorato

### Delegados Sindicais do Distrito Federal

Aristides Costa, Corinto Santos, Carlos Alberto Pio,  
Dalvina Macedo, Eric Lisboa, Gabriel Junqueira, Luiz  
Alberto Vieira Filho, Rafael Perez, Manoel Messias,  
Marussia Pires, Wellyngton Fábio Lima de Rocha, Zeles  
de Oliveira Flor

### Delegados Sindicais nos Estados

Abelardo Jorge Lessa Lopes - PE, Adelton Vilhena  
Neves - AP, Alcides Sales Coelho - RJ, Alex Gomes da  
Silva - AM, Ana Maria Balthar Pinto Machado - RJ,  
Armando Gonçalves Mendes de Carvalho - MA, Antônio  
Edilberto Araújo Barreto - CE, Celso Duarte - RR, Edilson  
Rodrigues Vidal - AC, Elber Stilben de Souza - MS,  
Euripedes Rodrigues de Andrade Filho - PI, Filipe Leão -  
BA, Francisco Hamilton Soares de Carvalho - TO, Ícaro  
de Almeida Fernandes - MT, Jaci Fernandes Sobrinho  
- GO, Jefferson Medeiros dos Santos - PA, João Colaço  
dos Santos - MG, José Luiz Pereira de Lima - RS, Khalil  
Chaves Cruz - RN, Luciano Guilherme Turin - PR, Luciene  
Monteiro Clacino - SE, Marcos Antonio Ferreira Calixto -  
AL, Maria Esmeralda Rodrigues - PB, Mario Célio da Silva  
- SC, Sergio Takayuki Takibayashi - SP, Valério Jordão  
Barbosa - RO, Wander Francisco Coelho de Freitas - ES

### Expediente

Produção: Comunicação Unacon Sindical

Jornalista responsável: Nayara Young (9.397/DF)

Textos: Nayara Young (9.397/DF) e

Juliana Martins (11.120/DF)

Arte e Diagramação: Marcelo Rubartelly

Fotos: Nayara Young e Juliana Martins

Tiragem: 2,8 mil exemplares

## SUMÁRIO

### 4. STN EM FOCO

Decisão judicial garante participação no recesso de fim de ano aos servidores com jornada reduzida por determinação médica



4

### 5. CGU EM FOCO

Em reunião com a DGI, DEN apresenta sugestões de aprimoramento ao PGD



5

### 6. REFORMA ADMINISTRATIVA

Unacon prepara, em parceria com a Servir Brasil, proposta de substitutivo à PEC 32/2020

### 7. GOLPE

Atenção: estelionatários solicitam depósito por telefone, carta, email e até pelo WhatsApp



7

### 8. PEC186/2019

Com pressão do funcionalismo, relator da PEC Emergencial deixa discussão para 2021

### 9. PANDEMIA

Governo publica orientações para retorno ao trabalho presencial

### 10. CDS

Conselho de Delegados Sindicais realiza segundo encontro por videoconferência



10

### 11. ELEIÇÕES 2020

Com 96% dos votos válidos, filiados elegem chapa presidida por Bráulio Cerqueira



11

### 14. RETROSPECTIVA

Unacon Sindical se consolida como um dos sindicatos mais relevantes do cenário nacional



14

### 19. LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Unacon Sindical ingressa com pedido de amicus curiae na ADI 6530



19

### 20. ARTICULAÇÃO

Unacon Sindical retoma diálogo com a Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal

### 21. FONACATE

Edição virtual da Conferência Nacional das Carreiras de Estado foi um sucesso



22

### 22. ARTIGO

O Impacto da Reforma Administrativa para os atuais servidores públicos

### 23. NOTAS

## Tempo de renovar e lutar

A passagem de ano convida a um balanço do passado e à reflexão sobre os desafios futuros. É tempo, também, de renovação da esperança, tempo de afeto.

O traço marcante de 2020 foi a crise sanitária provocada pela pior pandemia dos últimos 100 anos. Nada pode amenizar as perdas das centenas de milhares de vidas em nosso país; milhões no mundo. A realidade da crise se impôs nesse ano, mas também os exemplos de solidariedade, a revalorização dos serviços públicos universais de saúde e assistência, o abandono momentâneo da austeridade a qualquer custo mostrando que as finanças públicas podem e devem fazer mais pela população, a centralidade do controle para a integridade do gasto.

No Sindicato, o trabalho em prol da carreira e do serviço público prosseguiu se adaptando ao distanciamento físico. Seguimos monitorando as condições do trabalho remoto em nossos órgãos e os preparativos para a volta ao trabalho presencial. Participamos de reuniões e eventos virtuais com os dirigentes sindicais nos estados, com a STN e a CGU, com filiados, no Congresso e com a sociedade civil. No plano jurídico, continuamos com o atendimento virtual (hoje presencial, mediante agendamento) nas ações individuais, elaboramos novas ações coletivas, obtivemos êxito no pagamento de precatórios e, principalmente, destravamos a execução de ações de vulto.

O ano de 2021 se inicia com desemprego em alta, ampliação da pobreza e desigualdade, grandes incertezas sobre a vacinação e imunização da população, e pressões da desorganização produtiva sobre a inflação – que não se deve à demanda ou a salários –, o cenário mais desafiador do país e do serviço público nos últimos 30 anos. Voltará a agenda de retirada de direitos, precarização do trabalho e arrocho salarial, desafio comum dos trabalhadores da iniciativa privada e do serviço público.

A PEC 32/2020, da reforma administrativa, lança enormes incertezas sobre as carreiras, acaba com a estabilidade para a maioria dos servidores que estão à frente do combate à pandemia, permite a livre nomeação de todos os cargos de direção, além de apontar para o arrocho permanente das remunerações. Estamos e iremos enfrentá-la com muito material técnico, articulação com outras entidades, trabalho incessante no Congresso e apresentação de um Substitutivo. E, esperamos, mobilização de todos depois da vacinação da população.

Outro risco extremo em 2021 é a proposta de redução de jornada e salários dos servidores em tramitação no Senado. Primeiro a pandemia e o estado de emergência, depois a pressão do funcionalismo postergaram a discussão da PEC 186/2019 que, entretanto, voltará à pauta no próximo ano. Também aqui precisaremos de muita vigilância e engajamento para evitar os cortes de remuneração, uma aberração econômica, fiscal e social.

Mesmo com o distanciamento físico, nossa carreira participou do processo eleitoral do Sindicato, legitimando o trabalho que vem sendo desenvolvido na Nacional e nos estados. A nova DEN traz continuidade e mudanças, sendo pela primeira vez presidida por um servidor egresso da STN, Bráulio Cerqueira, que já atua como secretário executivo.

O tamanho dos desafios atuais torna imprevisível o futuro do país e do serviço público. O que é certo é que o Unacon Sindical se consolidou com um dos sindicatos mais relevantes no cenário nacional do serviço público e continuará como instrumento privilegiado da carreira de Finanças e Controle em suas lutas corporativas, em defesa da modernização da gestão pública, a serviço de todo o país.

Um ótimo ano novo!

**Diretoria Executiva Nacional**

**UNACON  
NA MÍDIA**



A reforma administrativa dominou a pauta do segundo semestre de 2020. Rudinei Marques e Bráulio Cerqueira conversaram com a imprensa de todo o país sobre os riscos da PEC 32/2020, sempre baseados em dados oficiais e em estudos técnicos que apontam os equívocos da proposta enviada pelo governo. As entrevistas e declarações foram concedidas para veículos como Carta Capital, Estadão, Folha de S.Paulo, Extra, O Dia e Correio Braziliense. No total, mais de 30 veículos repercutiram as declarações dos representantes do Unacon Sindical. Todas as matérias estão publicadas na categoria “Na Mídia”, no site do Unacon Sindical. Acesse: <https://unacon.org.br/na-midia/>

### Principais canais que deram destaque ao Unacon Sindical





## Decisão judicial garante participação no recesso de fim de ano aos servidores com jornada reduzida por determinação médica

Questão foi judicializada pelo Unacon Sindical em face da limitação trazida pelo Ofício-Circular DGP/ME nº 3.895/2020

O juiz Waldemar Cláudio de Carvalho, da 14ª Vara da Justiça Federal do Distrito Federal, deferiu, no dia 3 de dezembro, pedido de liminar em favor do Unacon Sindical para estabelecer que os servidores da carreira de Finanças e Controle em regime de jornada reduzida por determinação médica também possam usufruir do recesso de fim de ano, nos termos da Portaria SGP/SEDGG/ME nº 22.899/2020. A questão foi judicializada após a publicação do Ofício-Circular nº

3.895/2020 DGP/ME, que restringiu a participação desses servidores no revezamento, sob a alegação de resguardar a jornada diária máxima de trabalho instituída, quando da compensação.

Na decisão, o magistrado ressaltou que é dever da União disciplinar a compensação levando em consideração a condição de cada servidor. "Tais medidas atendem ao princípio da igualdade, na medida em que são consideradas as peculiaridades do caso, estabelecendo um equilíbrio social na relação de traba-

lho no âmbito do funcionalismo público, bem assim garantindo a visão de que a pessoa deficiente (e ou com alguma limitação clínica, ainda que momentânea) não é carecedora de pesares, mas da garantia de oportunidades junto à sociedade civil", diz trecho da sentença. ●

Acesse a íntegra da decisão no link <https://cutt.ly/ohMNQll> ou no QR code ao lado



# Em reunião com a DGI, DEN apresenta sugestões de aprimoramento ao PGD

CGU se tornou modelo de desempenho e de gestão durante a pandemia



**M**odelo para a criação do Programa de Gestão de Desempenho do Executivo Federal, a Controladoria-Geral da União (CGU) se tornou também exemplo de bons resultados durante a pandemia de Covid-19. Esse foi o feedback da equipe da Diretoria de Gestão Interna (DGI), registrado em reunião com a Diretoria Executiva Nacional (DEN) do Unacon Sindical, no dia 2 de dezembro. Durante o encontro, também foram debatidos pontos passíveis de aprimoramento no sistema de teletrabalho.

A titular da DGI, Vivian Vivas, e a coordenadora-geral de Gestão de Pessoas, Simei Spada, ressaltaram a avaliação positiva da Administração e informaram que, com vistas ao aperfeiçoamento, a Portaria que trata do PGD deve ser reformulada no próximo ano.

O presidente eleito do Sindicato, Bráulio Cerqueira, e o diretor de Assuntos Jurídicos, Roberto Kodama, questionaram a incidência do adicional de produtividade no PGD. Adicional esse

que está temporariamente suspenso pela Portaria 2645/2020. "As tabelas de tarefas e atividades ainda não foram modificadas de modo a cumprir o disposto, o que requer correção imediata pela CGU, que não está cumprindo com o que ela mesma determinou", pontuou Kodama. O questionamento foi formalizado por ofício do Sindicato à CGU. A suspensão permanente do adicional de produtividade também foi sugerida. "A experiência atual demonstra que a Gestão por Demanda é, ou pode ser, por si mesma, um benefício de mão dupla entre Administração e servidor", concluiu.

Sobre as demandas não previstas na pactuação das entregas, a DGI esclareceu que há flexibilidade no sistema. A orientação é que, caso necessário, a chefia ou mesmo o servidor, quando autorizado, faça os ajustes para evitar que as atividades e as tarefas programadas sejam prejudicadas.

A chefe de gabinete da Secretaria Executiva, Milena Barbosa, também participou da reunião. ●

## BALANÇO DA ATUAÇÃO EM 2020

De janeiro a outubro deste ano, os servidores atuaram em 62 operações especiais, que apuraram mais de R\$ 61 milhões em prejuízo ao erário, principalmente em contratações superfaturadas ou fraudulentas para aquisição de equipamentos médicos, testes de Coronavírus e para construção/gestão de hospitais de campanha.

Em outra frente, os Auditores e Técnicos monitoraram R\$ 152 bilhões destinados ao pagamento do auxílio emergencial e, partir do cruzamento de dados, identificaram irregularidades, o que resultou na economia de R\$ 4,5 bilhões aos cofres públicos.

A pandemia também impactou a busca por dados sobre os gastos do governo federal. Os acessos ao Portal da Transparência, que eram de, em média, 1 milhão por mês, quadruplicaram.

Para facilitar o envio de denúncias, reclamações e sugestões, a Ouvidoria lançou, ainda em março, um canal exclusivo, na plataforma Fala.BR, para atendimento de demandas relacionadas à prestação de serviços e à atuação de agentes públicos no combate à Covid-19.

No que tange à responsabilização de empresas, também houve avanços. A CGU, a Advocacia-Geral da União e a Polícia Federal assinaram um protocolo para permitir a operacionalização da troca de informações obtidas a partir de acordos de colaboração premiada e de acordos de leniência. A cooperação trará mais segurança à celebração de 22 acordos em andamento.

# Unacon prepara, em parceria com a Servir Brasil, proposta de substitutivo à PEC 32/2020

Objetivo é mitigar prejuízos trazidos pela proposição original



**E**ncaminhada ao Congresso Nacional no dia 3 de setembro, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/2020, da reforma administrativa, foi recepcionada, por parlamentares e entidades representativas do serviço público, com duras críticas. Com vistas à mitigação dos prejuízos e à propositura de medidas verdadeiramente focadas na melhoria da gestão pública, o Unacon Sindical, demais afiliadas ao Fonacate, e a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público (Servir Brasil) prepararam um substitutivo ao texto.

“É fundamental termos uma alternativa à PEC 32, para corrigir falhas e evitar a precarização do serviço público. Nesse sentido, avançamos bastante na elaboração de um substitutivo, construído a partir de consensos entre especialistas, acadêmicos e as entidades representativas”, observa o presidente do Sindicato, Rudinei Marques.

Nem mesmo entre os defensores da pauta, a PEC 32/2020 tem respaldo integral, especialmente, por conceder superpoderes ao presidente da República para extinguir cargos e órgãos, sem o aval do Parlamento. O artigo foi chamado pela vice-presidente da Frente Parlamentar Mista da Reforma Administrativa, senadora Kátia Abreu (PP-TO), de “aberração”.

Outro ponto crítico é a flexibilização da estabilidade. Segundo a PEC 32/2020, essa prerrogativa seria garantida apenas — entre os cinco tipos de vínculos propostos — aos cargos Típicos de Estado. Estes, por sua vez, serão definidos em legislação posterior. Amplia-se a insegurança jurídica

e aponta-se para o aparelhamento político dos serviços públicos. Cabe ressaltar, aliás, que a PEC seria apenas um passo da reforma pretendida pelo governo. Se aprovada, serão encaminhados, na sequência, ao Congresso outros projetos para tratar de temas que não dependem de modificações no texto constitucional, como redução do número de carreiras, por exemplo, e depois, na forma de Projeto de Lei Complementar, o marco regulatório do novo serviço público.

Em reunião com a Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal (SGP) do Ministério da Economia, no dia 4 de novembro, o presidente eleito do Unacon Sindical, Bráulio Cerqueira, alertou que a PEC promoverá a constitucionalização da precarização das relações de trabalho no serviço público. “Teve reforma trabalhista, lei da terceirização e o que temos atualmente? 38% da força de trabalho na informalidade. É isso que vai acontecer com a retirada da estabilidade do setor público e com o fim do Regime Jurídico Único. O governo vai precarizar o serviço público”, advertiu.

O aparelhamento do Estado também é uma preocupação. A criação dos chamados “cargos de liderança” permitirá que 91.666 cargos em comissão, hoje ocupados por servidores efetivos, sejam direcionados a profis-

sionais sem vínculo com a Administração Pública. Isso apenas em nível federal. Estados e municípios devem elevar, e muito, essa estimativa.

Além de precarizar as relações de trabalho no setor público, trazer insegurança jurídica para os atuais servidores (leia mais na página 22) e dar margem à captura da máquina pública, a aprovação da PEC 32/2020 não resultará em economia. Na verdade, não há, nem mesmo, ainda que o processo exija, estudos sobre o impacto orçamentário da proposição.

Foi este, inclusive, o motivo que levou, em outubro, um grupo de senadores e deputados a impetrar um mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF), pedindo a suspensão da tramitação da matéria até a divulgação desse e dos demais estudos subsidiários. O pedido também foi protocolado pelas entidades do Fonacate no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Em resposta, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou que a tramitação está suspensa, visto que não foram instaladas as Comissões que, no rito normal, seriam incumbidas de analisar a constitucionalidade e o teor da PEC.

O debate, portanto, ficou para 2021. Sem Maia na Presidência da Casa, o prazo para rearticulação deve contar a favor do movimento em defesa do serviço público, que permanece unido e atento. ●

Com o objetivo de contribuir com o debate, o Fórum Nacional de Carreiras das Estado (Fonacate) lançou, em parceria com a Servir Brasil, a série de estudos técnicos “Cadernos da Reforma Administrativa”. No total, são 16 publicações que abordam temas como eficiência, avaliação de desempenho e empregabilidade no setor público. Acesse os cadernos no QR code ao lado.



# Atenção: estelionatários solicitam depósito por telefone, carta, email e até pelo WhatsApp

Pagamento seria para cobrir custas judiciais de suposta indenização. Sindicato esclarece que não realiza nenhum tipo de cobrança antecipada relativa a processos judiciais em andamento. Saiba como se prevenir

Nos últimos dois meses, o setor jurídico do Unacon Sindical registrou inúmeras notificações de tentativas de golpe a filiados aposentados. Os estelionatários têm solicitado depósitos por telefone, carta, email e até mesmo pelo aplicativo de mensagens WhatsApp. O pagamento antecipado seria para cobrir custas judiciais de suposta indenização. Em alguns casos, os estelionatários se

passam por advogados renomados para assinar os documentos falsos. Em 2019, o jornal Folha de S.Paulo publicou matéria sobre esse tipo de fraude.

Uma das filiadas recebeu uma carta com informação falsa sobre o reembolso de valores pagos ao Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Federais (RPPS). Na correspondência, os estelionatários solicitavam depósito antecipado de R\$ 1.592,00 para

liberação de restituição fictícia no valor de R\$ 89.697,00.

Objetivando dar segurança aos filiados, a Diretoria Executiva Nacional (DEN) esclarece que não realiza nenhum tipo de cobrança antecipada relativa a processos judiciais em andamento. Além disso, toda e qualquer comunicação a respeito das ações patrocinadas pela entidade é feita por meio de carta com papel timbrado do Unacon Sindical. ●

## Ao constatar esses erros, desconfie

1

O primeiro deles, e mais grave: não existe fundo de previdência do RPPS. Logo, não cabe restituição. O Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos Federais funciona em sistema de solidariedade. O servidor ativo paga para o aposentado que, por sua vez, já contribuiu da mesma forma, solidariamente.

2

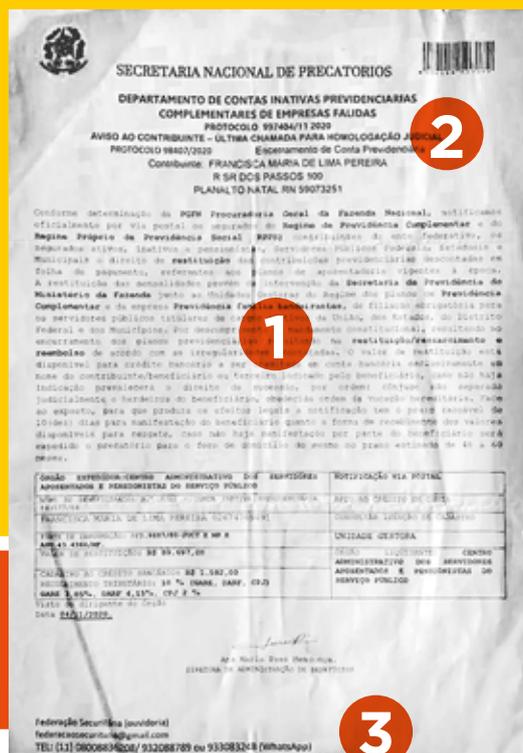
Outro erro gritante: o órgão que consta no documento "Secretaria Nacional de Precatórios" não existe. Além disso, nenhum documento cita número de processo: um dos principais indícios de que a comunicação é fraudulenta.

3

Vale observar que tanto o remetente quanto o código de área dos telefonemas recebidos sempre são de São Paulo.

## Folha de São Paulo

Leia a matéria "Estelionatários se passam por advogados renomados em golpes" no link <https://cutt.ly/lhMNhK1> ou no QR code ao lado



## Previna-se

Os filiados que receberem qualquer ligação, carta, email ou mensagem de WhatsApp exigindo depósitos e transferências financeiras com o pretexto de que é preciso quitar tributos relativos a ações judiciais, e prometendo benefícios expressivos, devem entrar em contato com o departamento jurídico do Sindicato imediatamente.

Ligue para (61) 2107-5000, opção 2 "assessoria jurídica".



## Com pressão do funcionalismo, relator da PEC Emergencial deixa discussão para 2021

Matéria prevê, entre outras medidas, corte de 25% nos salários e nas jornadas dos servidores

**A** discussão sobre a Proposta de Emenda à Constituição 186/2019 ficou para 2021. Conhecida como PEC Emergencial, a matéria, que integra o Plano Mais Brasil, era uma das prioridades da equipe econômica para 2020, mas encontrou, no Congresso Nacional, a resistência das entidades representativas do serviço público, entre elas o Unacon Sindical.

Diante do apoio declarado dos presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), à matéria, o trabalho parlamentar foi focado nos líderes, que, alertados sobre os prejuízos trazidos pelo texto, não aprovaram a inclusão da pauta no esforço concentrado do fim do ano.

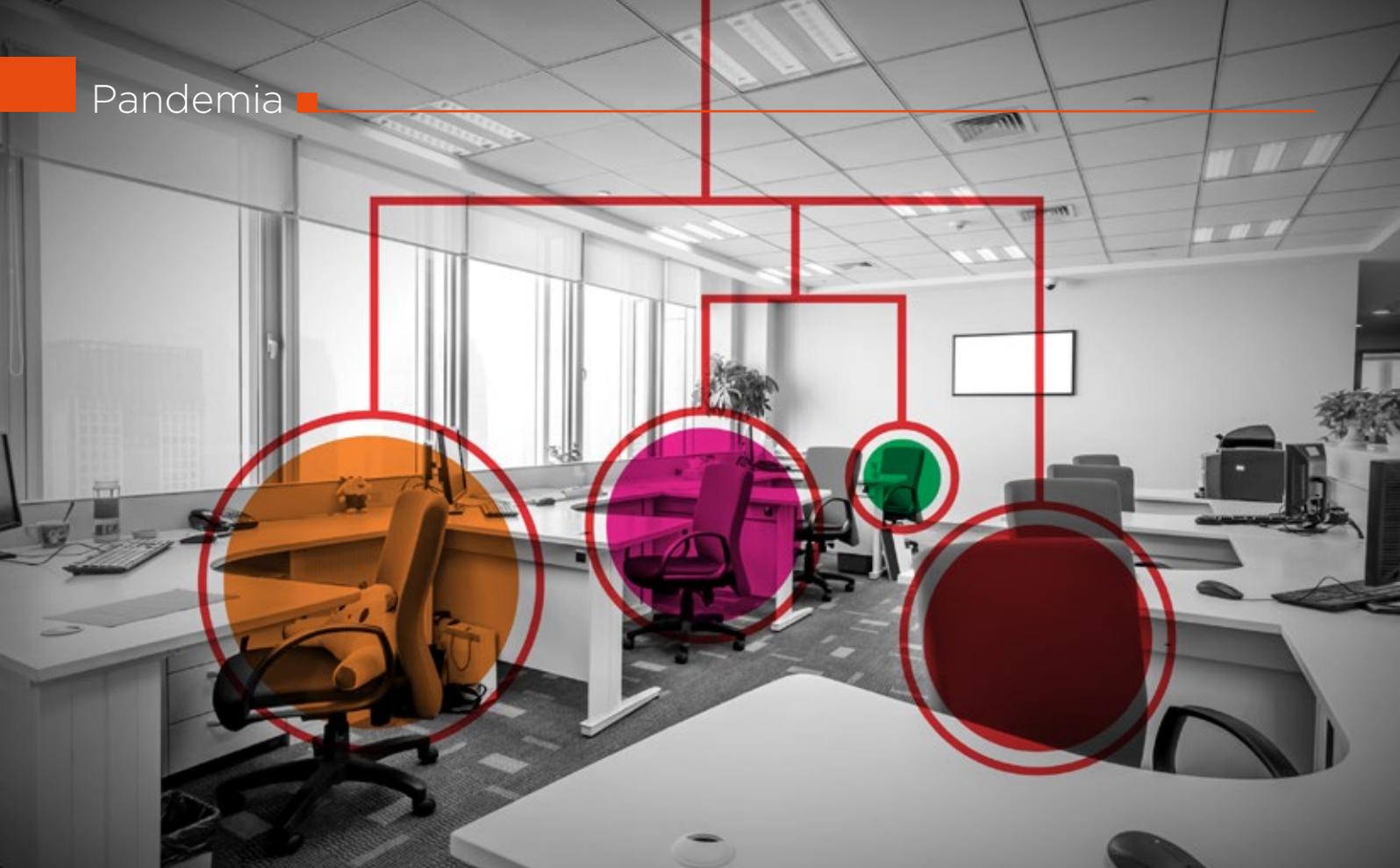
O presidente eleito do Unacon Sindical, Bráulio Cerqueira, advertiu, em diversas ocasiões, que, se aprovada, nos termos atuais, a PEC causaria o colapso do Estado brasileiro, pois resultaria na redução dos serviços à população, justamente no momento em que a demanda é crescente. Além disso, ressaltou o impacto negativo

para a economia. “É preciso esclarecer à sociedade que os servidores estão concentrados nas áreas de saúde, educação e segurança. É essa oferta de serviços que a PEC 186 vai reduzir. Além disso, precisamos atentar para o impacto dessa redução no PIB nacional. Na proposta, não há uma estimativa de quanto dinheiro esse corte vai retirar da economia.”

Em busca do consenso para encaminhamento da pauta, o governo e a presidência da Casas escalaram o senador Marcio Bittar (MDB-AC), que também é responsável pelo relatório da PEC 188 (Pacto Federativo) e do Orçamento, para ser o novo relator da PEC 186/2019 na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado. O objetivo era suprimir alguns dos mecanismos, já em vigor por força da Lei Complementar 173/2020, e ajustar a redação para angariar o apoio dos líderes. Em dezembro, Bittar chegou a enviar, conforme informou em nota à imprensa, ao governo e aos líderes um texto preliminar, mas não obteve êxito.

“Em vista da complexidade das medidas, bem como da atual conjuntura do país, decidi não mais apresentar o relatório da PEC Emergencial em 2020. Creio que a proposta será melhor debatida ano que vem, tão logo o Congresso Nacional retome suas atividades e o momento político se mostre mais adequado”, disse, em trecho da nota.

O adiamento trouxe alívio, entretanto, deve ser comemorado com parcimônia. O ano de 2021 trará aos servidores públicos novos desafios. Com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que impediu a reeleição de Maia e de Alcolumbre, o deputado Arthur Lira (PP-AL), com apoio do governo e parte do Centrão, tem grandes chances de se tornar o novo presidente da Câmara. Já no Senado, a situação ainda está indefinida, vários nomes vêm sendo aventados, falta, porém, a consolidação de uma base de apoio. O resultado dessas eleições terá impacto direto na tramitação desta e de outras proposições, como a reforma administrativa. Seguimos vigilantes. ●



## Governo publica orientações para retorno ao trabalho presencial

Em reunião com a DEN, Diretoria de Gestão de Pessoas da CGU informou que, neste primeiro momento, volta é facultativa

O Ministério da Economia publicou, no Diário Oficial da União (DOU) do dia 3 de novembro, a Instrução Normativa (IN) 109, com orientações para o retorno gradual ao trabalho presencial nos órgãos da Administração Pública. A norma estabelece medidas como a flexibilização dos horários de trabalho e o distanciamento entre as mesas, com vistas à prevenção do contágio da Covid-19, e orienta a manutenção dos servidores do grupo de risco ou que coabitem com pessoas no grupo de risco em atividades remotas.

Segundo prevê a IN, os critérios para o retorno serão definidos pelo gestor de cada órgão, mas devem observar os requisitos mínimos estabelecidos. Com essa finalidade, a

Controladoria-Geral da União (CGU) publicou, dois dias depois, a Portaria nº 2.645, que, além de reforçar previsões do normativo anterior, mantém todos os servidores em PGD até o fim do estado de emergência de saúde pública e traz, em detalhes, orientações de higiene e convívio para a volta paulatina ao trabalho presencial, ainda sem data definida.

Elevadores devem ser utilizados, concomitantemente, por, no máximo, três pessoas, que antes de apertar os botões, precisam higienizar as mãos com álcool em gel; o descarte de luvas e máscaras deverá ser feito em lixeiras com tampa, a serem disponibilizadas na entrada de cada andar ou, na lixeira comum, desde que dentro de embalagens

plásticas; e, além da reorganização dos layouts das salas para ampliar o espaço entre as mesas, nas áreas comuns, como nos restaurantes e copas, o distanciamento também precisa ser observado.

Quando um servidor apresentar qualquer sintoma associado ao novo Coronavírus deverá “comunicar à sua chefia, preencher autodeclaração e afastar-se imediatamente de seu ambiente de trabalho, permanecendo em trabalho remoto”. Caso o quadro seja confirmado, o atestado deverá ser encaminhado pela Intranet.

Em reunião com a Diretoria Executiva Nacional do Unacon Sindical realizada no dia 2 de dezembro, a Diretoria de Gestão de Pessoas informou que o retorno às atividades presenciais no órgão será facultativo. Ainda segundo o informado, a Portaria tem o único intuito de preparar as repartições para receber esses servidores com segurança.

O Unacon Sindical segue vigilante. “Entendemos que, agora, a prioridade é a preservação da saúde e da vida. Nesse sentido, reconhecemos os cuidados da CGU e reiteramos: não aceitaremos medidas precipitadas, que não levem em consideração a segurança dos servidores”, pondera Bráulio Cerqueira, presidente eleito do Unacon Sindical ●



## Conselho de Delegados Sindicais realiza segundo encontro por videoconferência

Colegiado cumpriu o calendário de reunião semestral com o apoio do Zoom

A segunda reunião de 2020 do Conselho de Delegados Sindicais (CDS) foi realizada pelo Zoom, no dia 20 de novembro. O encontro tratou do Plano Anual de Atividades de 2020, dos informes gerais da Diretoria e da atuação contra a reforma administrativa. Filipe Leão, delegado sindical da Bahia, conduziu a reunião na condição de presidente do colegiado.

Em nome da Diretoria Executiva Nacional (DEN), Daniel Lara, vice-presidente do Unacon Sindical, falou sobre a importância do diálogo. "O fato de termos pontos de vistas diferentes não significa que não iremos encontrar soluções convergentes. É por meio do diálogo que conseguimos crescer e encontrar soluções para os desafios atuais, que não são poucos", pontuou externando a alegria de estar reunido com os colegas.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32 de 2020, que trata da reforma administrativa, teve destaque na reunião. A DEN avaliou o cenário incerto e falou sobre as perspectivas

de atuação no Parlamento. Bráulio Cerqueira, então secretário executivo do Sindicato, chamou a atenção para a importância da articulação nos estados. "O acesso aos deputados e senadores é muito mais fácil na base", disse. Para subsidiar esse contato, a DEN disponibilizou planilha com o posicionamento dos deputados federais em relação à PEC 32/2020. Dos 513 deputados, 122 são contrários à proposta, 194 favoráveis, 135 favoráveis com ressalvas, e 56 indecisos. Para ser aprovada, a PEC precisa de, no mínimo, três quintos dos parlamentares, em cada turno de votação.

O chamado foi reforçado por Edilberto Barreto, delegado sindical pelo Ceará. "Todos os delegados têm uma responsabilidade muito grande com a mobilização na base. Somos líderes", destacou.

### DESPEDIDA

Filipe Leão encerrou o encontro agradecendo a confiança dos colegas na condução dos trabalhos nos últimos três

anos. O presidente do CDS aproveitou o momento para parabenizar a dedicação de Rudinei Marques, presidente do Unacon Sindical, que encerra seu último mandato no cargo.

"O Sindicato, sob a sua gestão, mudou de paradigma de atuação. Antes, tínhamos pouca influência no mundo sindical. Hoje, a entidade é conhecida no Parlamento, na sociedade e nos meios de comunicação. Parabéns pela condução", finalizou.

Rudinei Marques retribuiu agradecendo Filipe Leão pela condução profissional do CDS. "Você conseguiu dar voz aos delegados sindicais sem perder a firmeza e a objetividade necessárias para trabalhos desse tipo", lembrou, agradecendo a participação de todos nesse último mandato.

"Crescemos enquanto entidade e criamos um clima muito harmonioso entre nós. Isso é importante para não perdermos o foco da nossa missão. Desejo ao futuro presidente, Bráulio Cerqueira, sucesso absoluto na gestão", concluiu Marques. ●

# Com 96% dos votos válidos, filiados elegem chapa presidida por Bráulio Cerqueira

AFFC da Secretaria do Tesouro Nacional irá conduzir o Sindicato no triênio 2021-2023. É a primeira vez que um dirigente egresso da STN irá assumir a presidência do Unacon Sindical

Com 96% dos votos válidos, a chapa única "Finanças e Controle em defesa do Serviço Público", presidida pelo Auditor Federal de Finanças e Controle (AFFC) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) Bráulio Cerqueira, foi eleita para conduzir as atividades sindicais e sociais do Unacon Sindical no triênio 2021-2023. A votação foi realizada exclusivamente pela internet no dia 24 de novembro, das 8h às 18h, horário de Brasília. O processo eleitoral de 2020 da Unacon Associação e do Unacon Sindical registrou a participação total de 606 filiados.

É a primeira vez que um dirigente egresso da STN irá assumir a presidência do Sindicato. "Quero agradecer a todos pela oportunidade de servir a carreira por mais um triênio, agora como presidente do Unacon Sindical. O tamanho dos desafios atuais torna imprevisível o futuro do país e do serviço público. O que podemos garantir, eu e toda a Diretoria Executiva Nacional, é que vocês podem e devem contar conosco", declarou em entrevista exclusiva que você lê, na íntegra, na página seguinte. Na gestão 2018-2020, Cerqueira ocupou o posto de secretário executivo.

A chapa eleita tem uma nova integrante: Elaine Niehues Faustino, AFFC lotada na Controladoria-Regional da União do Rio Grande do Norte. Ela assume o posto de diretora de Filiados, pasta conduzida por Roberta Holder – eleita Delegada de Controle Interno para o triênio 2021-2023 – na última gestão. "Agradeço imensamente a todos que se dispuseram a participar da eleição. O envolvimento dos filiados é essencial para fortalecer o Sindicato no desafio de lutar em tempos tão difíceis para o serviço público", aponta Faustino.

Rudinei Marques, que presidiu o Unacon Sindical por três mandatos consecutivos (2011-2013, 2014-2017 e 2018-2020), continua na DEN, como secretário executivo. ●



## Gestão (2021-2023)

### Bráulio Cerqueira

Presidente

### Daniel Lara

Vice -Presidente

### Rudinei Marques

Secretário-Executivo

### Arivaldo Sampaio

Diretor de Finanças

### Elaine Niehues Faustino

Diretora de Filiados

### Roberto Kodama

Diretor de Comunicação Social

### Carlos Janz

Diretor de Assuntos Jurídicos

### Delegados Sindicais nos Estados

AC	Edilson Rodrigues Vidal
AM	Rafael de Oliveira Novo
AP	Adelton Vilhena Neves
BA	Filipe Leão Marques
CE	Antônio Edilberto Araújo Barreto
MG	João Colaço dos Santos
MS	Gilberto Ricardi
PA	Rodrigo Bender Moreira
PB	Maria Esmeralda Rodrigues
PE	Abelardo Jorge Lessa Lopes
PI	Ducilene Vieira dos Santos
RJ	Alcides Sales Coelho
RJ	Ana Maria Balthar Pinto Machado
RN	Khalil Chaves Cruz
RS	Carlos Renato Correa Leite
SC	Mario Célio da Silva
SP	Roberto Quintela Fortes

### Delegados Sindicais do Distrito Federal

Titulares Controle Interno
Corinto Silveira Santos
Cristiano Sampaio Brígido
José Marcos dos Santos
Roberta Guerra Holder Belfort Campos
Valério Victorino André Coelho
Zeles de Oliveira Flor

### Suplentes Controle Interno

Não tem

### Titulares Finanças Públicas

Manoel Messias de Jesus  
Luiz Alberto Marques Vieira Filho  
Jeová Quintino Filho  
Josélia de Fatima Silva Santos  
Júlio Domingues Zenckner Possas  
Luciana de Almeida Toldo

### Suplentes Finanças Públicas

Rossini Albernaz Neto

### Conselho Fiscal Nacional

Titulares  
Antonio José da Silva  
José Dário Martins  
Rossana Valéria Gonçalves

### Suplentes

Fani Leite da Silva  
Laura Márcia de Souza Lima Safi

### Conselho de Ética Nacional

Titulares  
Adriano de Queiroz Almeida  
Rogério Honorato Torres

Alagoas, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Paraná, Rondônia, Roraima, Sergipe e Tocantins não submeteram candidaturas de chapas. Nesses casos, a escolha dos representantes para o próximo mandato deverá ser realizada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE).

## Em entrevista, presidente eleito, Bráulio Cerqueira, fala sobre compromissos com a carreira e desafios para a nova gestão



### Bráulio Cerqueira

Mestre em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Cerqueira foi professor universitário. É Auditor Federal de Finanças e Controle desde 2006. Além da atuação na dívida pública e no planejamento fiscal da STN, trabalhou na Secretaria de Política Econômica, na assessoria do Ministro da Fazenda e no Ministério do Planejamento. Atualmente participa da Rede da Teoria Monetária Moderna (Rede MMT Brasil) e é membro da Associação Brasileira de Economistas pela Democracia (ABED).

Produção técnica e acadêmica, que tem contribuído para o debate sobre o serviço público, também entrou em pauta. Leia a íntegra da conversa a seguir

**F**inanças & Controle - Diante do cenário mais desafiador da história do serviço público, quais são os principais compromissos da atual diretoria com a carreira de Finanças e Controle?

**Bráulio Cerqueira** - Desde 2015, o Brasil é pautado pela agenda da austeridade a qualquer custo, além de privatizações, cortes de direitos e minimização do Estado. Os efeitos da pandemia levaram, temporariamente, à sua interrupção parcial devido ao protagonismo do SUS e da assistência na defesa da população e à retomada em escala inédita do gasto público. Mas prossegue a pressão dos mercados pela volta imediata à "normalidade". Isso se traduz nas propostas de cortes indiscriminados de gastos, redução de salários de servidores e na PEC 32/2020 da reforma administrativa que acaba com o Regime Jurídico Único e com a estabilidade.

Modernizar não é destruir. Nossos compromissos com a carreira de Finanças e Controle incluem: defesa da estabilidade e de nossas atribuições típicas de Estado executadas por ambos os cargos de auditor e técnico; luta por remuneração adequada e previsível sem cortes no tempo; fortalecimento da STN e CGU; discussão de alternativas para a gestão do RH do Estado; e diálogo permanente.

**F&C - Quais ações a atual gestão visa empreender para aprimorar a relação com os filiados ativos e aposentados de todo o país?**

**Bráulio Cerqueira** - Sem concursos nos últimos anos, vamos lutar para que isso seja alterado. É crucial intensificarmos as relações não apenas com filiados, mas com toda a carreira. Precisamos, em conjunto com os delegados sindicais, sensibilizar o não filiado para ingressar no Sindicato.



É crucial intensificarmos as relações não apenas com filiados, mas com toda a carreira. Precisamos, em conjunto com os delegados sindicais, sensibilizar o não filiado para ingressar no Sindicato”

Sempre tem a preocupação financeira, e isso é compreensível, mas nossa rede de convênios permite que, numa compra de automóvel com desconto, ou na adesão ao plano de saúde, o filiado economize a totalidade ou boa parte do valor da consignação sindical, sem mencionar as ações individuais e coletivas patrocinadas pela entidade.

O aperfeiçoamento da comunicação será prioridade, com ênfase maior nas listas de transmissão do WhatsApp, atualização periódica do cadastro de servidores e filiados, estruturação da programação regular do Estúdio Unacon, a TV institucional da carreira de Finanças e Controle, reedição de visitas da DEN às regionais, divulgação do nosso calendário de eventos associativos, entre outras ações.

**F&C - O processo inflacionário volta a preocupar dirigentes das entidades de classe do funcionalismo. Segundo representantes das afiliadas ao Fonacate, as perdas salariais acumuladas nos últimos anos chegam a 30%. O Unacon Sindical pretende iniciar uma campanha salarial em 2021?**

**Bráulio Cerqueira** - Fomos nós do Unacon Sindical que pautamos este

assunto na última reunião do ano do Fonacate. No caso da carreira de Finanças e Controle, que se saiu muito bem na última reposição, de 2019 ao final de 2021 as perdas para o IPCA poderão chegar a 20%; se tomarmos como referência 2010, quando experimentamos um pico remuneratório, a defasagem será de 30%.

É claro que isto preocupa. E é bom que se diga, as pressões inflacionárias de hoje remontam à desvalorização do Real, à falta de investimentos em infraestrutura e à desorganização produtiva provocada pela pandemia, ou seja, não dizem respeito a salários, nem do setor privado nem de servidores.

Vamos e precisamos pautar essas questões. Por conta de restrições legais atuais, teremos uma única janela de recomposição no serviço público em 2022, depois disso só em 2024! Não será fácil, mas toda a carreira e o conjunto do serviço público precisará se mobilizar.

**F&C - Enquanto secretário executivo, você se destacou pela publicação de estudos técnicos relevantes, como as publicações “9 Erros da PEC 6/2019 e alternativas para a economia, o emprego e a previdência” e “Reforma Administrativa do Governo Federal: contornos, mitos e alternativas”, que qualificaram, significativamente, o debate em torno das reformas da Administração e da Previdência. Quais as vantagens e dificuldades de apostar na produção acadêmica como meio de interferir na agenda do governo?**

**Bráulio Cerqueira** - É fundamental qualificar o debate. Na Previdência, além da “solução” via capitalização, diziam que o RPPS era a principal fonte de desajuste. Ora, mostramos que a capitalização iria debilitar as receitas do Regime Geral e que o Regime Próprio Federal já estava ajustado com a criação da Funpresp. Com isso não evitamos perdas, mas garantimos a preservação mínima do sistema e melhoramos as regras de transição para o servidor.

Na reforma administrativa se dá o mesmo. Falam em inchaço da máquina e descontrole dos gastos com pessoal, o que é absolutamente falso. O emprego público no Brasil representa 12,1% do



**Os estudos técnicos ajudam a desmistificar a suposta cientificidade das reformas em curso. Mas é claro que não são suficientes para freá-las. Para tanto precisamos de mobilização, de articulação parlamentar, de ações no campo jurídico. Mas há ainda outra vantagem da produção acadêmica: a apresentação de alternativas como, aliás, já estamos fazendo na reforma administrativa”**

total da população ocupada, enquanto nos países desenvolvidos a média é 21,3%. No governo federal os gastos com pessoal, incluindo aposentados, são estáveis em % do PIB há 20 anos.

Os estudos técnicos ajudam a desmistificar a suposta cientificidade das reformas em curso. Mas é claro que não são suficientes para freá-las. Para tanto precisamos de mobilização, de articulação parlamentar, de ações no campo jurídico. Mas há ainda outra vantagem da produção acadêmica: a apresentação de alternativas como, aliás, já estamos fazendo na reforma administrativa.

**F&C - Qual a pior ameaça da PEC 32/2020, que trata da reforma administrativa?**

**Bráulio Cerqueira** - A essência desta PEC é a precarização do emprego público e a criação de novas modalidades de captura do Estado por interesses particulares.

Estas ameaças se traduzem na extinção do Regime Jurídico Único e na constitucionalização de vínculos mais frágeis no serviço público, como os temporários ou os cargos com prazo indeterminado, na criação de cargos de liderança sem previsão de preenchimento por servidores de carreira, no fim da estabilidade, na atribuição de poderes imperiais ao chefe do Executivo que poderá extinguir órgãos

por decreto, na ampliação das modalidades de privatização de serviços de saúde, educação e assistência etc. A PEC também inclui a possibilidade de redução forçada de salários, exceto para cargos típicos de Estado, sobre os quais, aliás, não há qualquer sinalização de como e quando serão definidos.

**F&C - Qual seria a reforma administrativa que deveria estar em debate?**

**Bráulio Cerqueira** - Não há necessidade de virar pelo avesso a Constituição para modernizar (ou piorar) o Estado e a gestão de pessoal. Aliás, não foi uma PEC que em 2019 criou o Ministério da Economia, que subordina à gestão do caixa todo o planejamento estatal, a regulação do trabalho, a previdência e a política industrial.

Correr para o fundo do poço não é solução. Uma alternativa republicana de reforma administrativa inclui temas infraconstitucionais e administrativos como resgate do planejamento, gestão sistêmica de desempenho e de resultados no serviço público, regulamentação do art. 247 da Constituição Federal que traz garantias adicionais para carreiras típicas de Estado, recuperação das escolas de governo, avaliação horizontal e vertical sem ameaças, cumprimento do teto remuneratório, governo digital, ampliação da mobilidade entre carreiras respeitando as atribuições definidas em lei, entre outros pontos.

**F&C - Qual mensagem você gostaria de deixar para os filiados de todo o país?**

**Bráulio Cerqueira** - Quero agradecer a todos pela oportunidade de servir a carreira por mais um triênio, agora como presidente do Unacon Sindical. Nos últimos anos avançamos enquanto instrumento de associativismo, de defesa de nossos direitos e como referência na luta dos servidores federais. Além disso, marcamos presença relevante no debate nacional sobre Estado, finanças públicas e controle interno. Ainda assim, o tamanho dos desafios atuais torna imprevisível o futuro do país e do serviço público. O que podemos garantir, eu e toda a Diretoria Executiva Nacional, é que vocês podem e devem contar conosco. ●



**UNACON**  
Sindical  
SINDICATO NACIONAL DOS  
AUDITORES E TÉCNICOS FEDERAIS  
DE FINANÇAS E CONTROLE



## Unacon Sindical se consolida como um dos sindicatos mais relevantes do cenário nacional

Luta em defesa do serviço público e adaptação da atividade sindical e social durante a pandemia de Covid-19 marcaram a gestão 2018-2020

“A Diretoria Executiva Nacional (DEN) se orgulha de ser o indutor de grandes realizações no âmbito das Finanças e do Controle. Feitos estes que, mais do que beneficiar a carreira, colaboram para a profissionalização e a modernização da gestão pública, a serviço de todo o país”

**Rudinei Marques,**  
presidente do Unacon Sindical (gestão 2018-2020)

**M**ar tranquilo nunca fez bom marinheiro. O ditado popular explica o crescimento do Unacon Sindical na gestão 2018-2020. Desafiador, o cenário político dos últimos três anos exigiu trabalho redobrado do conjunto de servidores. A reação contra a reforma administrativa, por exemplo, teve início em 2019, a partir da publicação do Ofício Circular SEI nº 2/2019 do Ministério da Economia. O documento já falava sobre reduzir o número de carreiras existentes, flexibilizar a movimentação dos servidores e congelar as remunerações. Desde então, o Unacon Sindical denunciou a falta de diálogo por parte da Administração na imprensa nacional e

também assumiu o protagonismo na produção de estudos técnicos, com o lançamento das cartilhas “Reforma Administrativa do Governo Federal: contornos, mitos e alternativas” e “O lugar do funcionalismo estadual e municipal no setor público nacional (1986-2017)”, ambas assinadas pelo presidente eleito, Bráulio Cerqueira, e publicadas pelo Fórum Nacional das Carreiras de Estado (Fonacate). “Os estudos técnicos ajudam a desmistificar a suposta cientificidade das reformas em curso. Mas há, ainda, outra vantagem da produção acadêmica: a apresentação de alternativas”, aponta Cerqueira, que foi secretário executivo na gestão 2018-2020.

O Sindicato também conduziu a longa articulação no Congresso Nacional contra a reforma da Previdência, com êxito na criação de uma nova regra de transição e na manutenção do valor real das aposentadorias dos servidores públicos. Após a promulgação da Emenda Constitucional 103, em novembro de 2019, a atuação seguiu no âmbito jurídico. O Unacon Sindical ingressou com nove ações na Justiça para questionar: a revogação do duplo teto para portadores de doenças incapacitantes (art. 35 da EC 103); a anulação de contagem recíproca de tempo de contribuição (art. 25, § 3º, da EC 103); a progressividade das alíquotas de contribuição (art. 11 da EC 103) e as novas regras de transição impostas aos Auditores (AFFC) e Técnicos Federais de Finanças e Controle (TTFC) já em atividade na data de promulgação da EC, entre outros pontos.



Paralelo à atuação política, o Unacon Sindical avançou na esfera associativa, com a ampliação da carta de serviços para os filiados, com destaque para a profissionalização da rede de convênios. Desde 2018, filiados contam com exclusivo Clube de Vantagens que garante acesso a descontos em milhares de parceiros. Plano de saúde e odontológico também foram adicionados à carta de serviços na gestão 2018-2020.



A ampliação da oferta de serviços jurídicos para filiados foi outro avanço com repercussão positiva. Novo contrato com o escritório Torreão Braz Advogados prevê consultoria jurídica individualizada e acompanhamento de ações individuais ligadas a questões de âmbito funcional.



A reformulação do site do Unacon Sindical e o lançamento do estúdio multimídia também se destacam como realizações importantes. "O layout ficou mais moderno e intuitivo, facilitando o acesso do usuário. Outra grande inovação é a versão mobile, que permite uma boa visualização também a partir de dispositivos móveis", destaca Roberta Holder, diretora de filiados da gestão 2018-2020. A utilização do estúdio está suspensa em razão da pandemia de Covid-19. Mas, quando for seguro, as instalações estarão à disposição dos filiados para a produção de conteúdo audiovisual, como videoaulas e programas de entrevista, por exemplo.



Com o tema "A carreira de Finanças e Controle no novo ciclo político brasileiro: reconfiguração do Estado, responsabilidade fiscal, combate à corrupção e democracia", a realização da terceira edição do Congresso Nacional da Carreira de Finanças e Controle (III Conacon), em novembro de 2019, também foi um grande marco da gestão 2018-2020. O Encontro consolidou as diretrizes para a atuação do Unacon Sindical e da carreira para os próximos anos.



Em 2020, para não interromper atividades por conta da pandemia de Covid-19, o Unacon Sindical empreendeu diversas ações para conciliar a manutenção das atividades sindicais e associativas com a saúde e o bem-estar dos filiados e funcionários, como atendimento remoto, reuniões por videoconferência, envio de máscaras de proteção para todos os filiados e promoção de campanha de atualização de cadastro. A festa junina e a tradicional festa de fim de ano também migraram para o virtual. Os eventos foram transmitidos pelo canal do Youtube do Sindicato, para filiados de todo o país.



O Sindicato ainda intensificou a participação em palestras, debates e seminários virtuais durante a quarentena. Reforma administrativa e enfrentamento da pandemia de Covid-19 pelo governo pautaram a maioria dos encontros. Os vídeos estão organizados em uma playlist pública no canal do Unacon Sindical no Youtube.



O Unacon Sindical também coordenou a fundação da Federação Nacional dos Auditores de Controle Interno Público (Fenaud). A assembleia virtual de constituição foi realizada no dia 29 de junho de 2020. Rudinei Marques foi eleito presidente da Federação. Na posse, ele pontuou que a entidade nasce em momento bastante desafiador. “Estamos sob ataques reiterados, não só o Controle, mas todo o serviço público e a própria democracia e, neste contexto, a criação da Fenaud nos permitirá lutar com mais união e força. Enfrentaremos com altivez estas ameaças e trabalharemos com vigor para o aperfeiçoamento e a consolidação do Controle Interno Público”, declarou. O vice-presidente e o diretor de finanças do Unacon Sindical, Daniel Lara e Arivaldo Sampaio, nesta ordem, também integram a diretoria da Fenaud.



Na esfera jurídica: mais êxitos. Em janeiro de 2018, decisão liminar do ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), garantiu o pagamento da terceira parcela do reajuste salarial. O índice de 6,65% foi creditado na folha referente ao mês de janeiro daquele ano.



Em fevereiro de 2018, o Unacon Sindical garantiu, na Justiça, o retorno dos dirigentes para a folha da União. Três anos após a edição, o Ofício Circular nº 605/2016, do então Ministério do Planejamento, foi suspenso. Com a sentença, a modalidade de ressarcimento, disciplinada pelo Ofício Circular nº 08/2001/SRH/MP, fica restabelecida, garantindo a observância dos direitos dos servidores licenciados.



Também em fevereiro de 2018, o Sindicato conseguiu, na Justiça, a suspensão da cobrança do “auxílio-creche”. O juiz Federal Marcelo Rebello Pinheiro, da 16ª Vara, conferiu decisão favorável ao pedido de antecipação de tutela do Sindicato por entender que a cobrança era ilegal e suspendeu os descontos imediatamente.



No âmbito da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o Unacon Sindical comemorou a publicação da Portaria 434, no dia 22 de junho de 2018, que regulamentou a liberação de servidores para as atividades sindicais. A minuta da portaria foi produzida pela entidade.



O Tesouro também ouviu o Sindicato e revisou a regulamentação que limitava a produção acadêmica e a livre circulação de ideias dos servidores lotados na Pasta. Publicada no dia 28 de novembro de 2018, a Portaria STN nº 833 extinguiu o regramento anterior que exigia análise da chefia imediata e pré-autorização do Comitê de Ética para publicação de trabalhos particulares.



“A Diretoria Executiva Nacional (DEN) se orgulha de ser o indutor de grandes realizações no âmbito das Finanças e do Controle. Feitos estes que, mais do que beneficiar a carreira, colaboram para a profissionalização e a modernização da gestão pública, a serviço de todo o país. Esta história tem como atores todos aqueles que dedicaram e dedicam vidas à construção de um Sindicato alicerçado nos princípios democráticos que nortearam sua criação. Para o porvir, a determinação e a unidade, marcas de uma carreira forte e bem representada, seguirão como elementos imprescindíveis ante os desafios que se avizinharam”, aponta Rudinei Marques, secretário executivo eleito para a gestão 2021-2023. ●



## Auxílio-Saúde: Unacon Sindical derruba, na Justiça, cobrança ilegal e portaria que limitava benefício

Após nova manifestação da juíza, reiterando a aplicabilidade imediata da decisão, CGU suspende descontos

**A** exigência, criada pela Portaria Normativa nº 1/2017, do então Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG), de que para fazer jus ao auxílio-saúde, os dependentes devem estar inscritos no mesmo plano de saúde do servidor, é ilegal. Foi o que decidiu, em caráter liminar, a juíza Kátia Balbino Ferreira, da 3ª Vara Federal do Distrito Federal, na ação coletiva impetrada pelo Unacon Sindical em agosto.

Na decisão, a magistrada determina “que a União efetue o pagamento do auxílio à saúde [...] nos casos em que os dependentes, que comprova-

damente possuam relação de dependência econômica com o servidor, sejam os próprios titulares dos planos contratados” e que, “por consequência lógica, fica afastada qualquer devolução ao erário dos valores recebidos a este título”.

Ainda assim, em novembro, os servidores lotados na Controladoria-Geral da União (CGU) foram surpreendidos com o desconto de valores retroativos. Diante da ilegalidade da cobrança, o Unacon Sindical denunciou o descumprimento da sentença e, em resposta à petição, a juíza Kátia Balbino publicou, no dia 25 de novembro, novo despacho

reforçando a aplicabilidade imediata da decisão.

Uma semana depois, em reunião com a Diretoria Executiva Nacional (DEN), a equipe da Diretoria de Gestão Interna confirmou o recebimento do parecer de força executória da Advocacia-Geral da União e informou a adoção de medidas para interromper os descontos e ressarcir a parcela cobrada ilegalmente. ●

Acesse a íntegra da decisão no link <https://cutt.ly/FhMNIp3> ou no QR code ao lado



## Sindicato requer 13º e adicional de férias sobre abono de permanência

Assessora jurídica explica que a União tem desconsiderado a natureza remuneratória da verba

A assessoria jurídica do Unacon Sindical finalizou o levantamento da documentação para ingresso de nova demanda judicial visando garantir o pagamento dos valores relativos ao adicional de férias e ao 13º sobre o abono de permanência. Podem se beneficiar

da ação servidores que tenham recebido uma ou mais parcelas da verba, de janeiro de 2016 até outubro de 2020.

“Atualmente, a União tem concedido as parcelas de décimo terceiro salário e de terço de férias sem considerar o abono de permanência como rubrica

integrante da respectiva base de cálculos de tais benefícios. Essa conduta é ilegal, uma vez que desconsidera a natureza remuneratória do abono de permanência e que sobre essa parcela incide imposto de renda (posição consolidada do Superior Tribunal de Justiça no Tema Repetitivo n. 424),” explica a advogada Ana Torreão, do Torreão Braz Advogados. ●



Marcelo Rubartelly

## STF limita acúmulo de pensão e aposentadoria ao teto constitucional

Decisão, publicada no dia 6 de agosto, tem repercussão geral

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, no dia 6 de agosto, que o teto constitucional remuneratório deve incidir sobre a soma do benefício de pensão com a remuneração ou os proventos de aposentadoria recebidos por servidores públicos. A decisão, publicada no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 602584, tem repercussão geral.

O Recurso apresentado pela União questionava decisão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) pela não incidência do teto constitucional remuneratório sobre o montante decorrente de acumulação dos vencimentos de uma

servidora com o benefício de pensão.

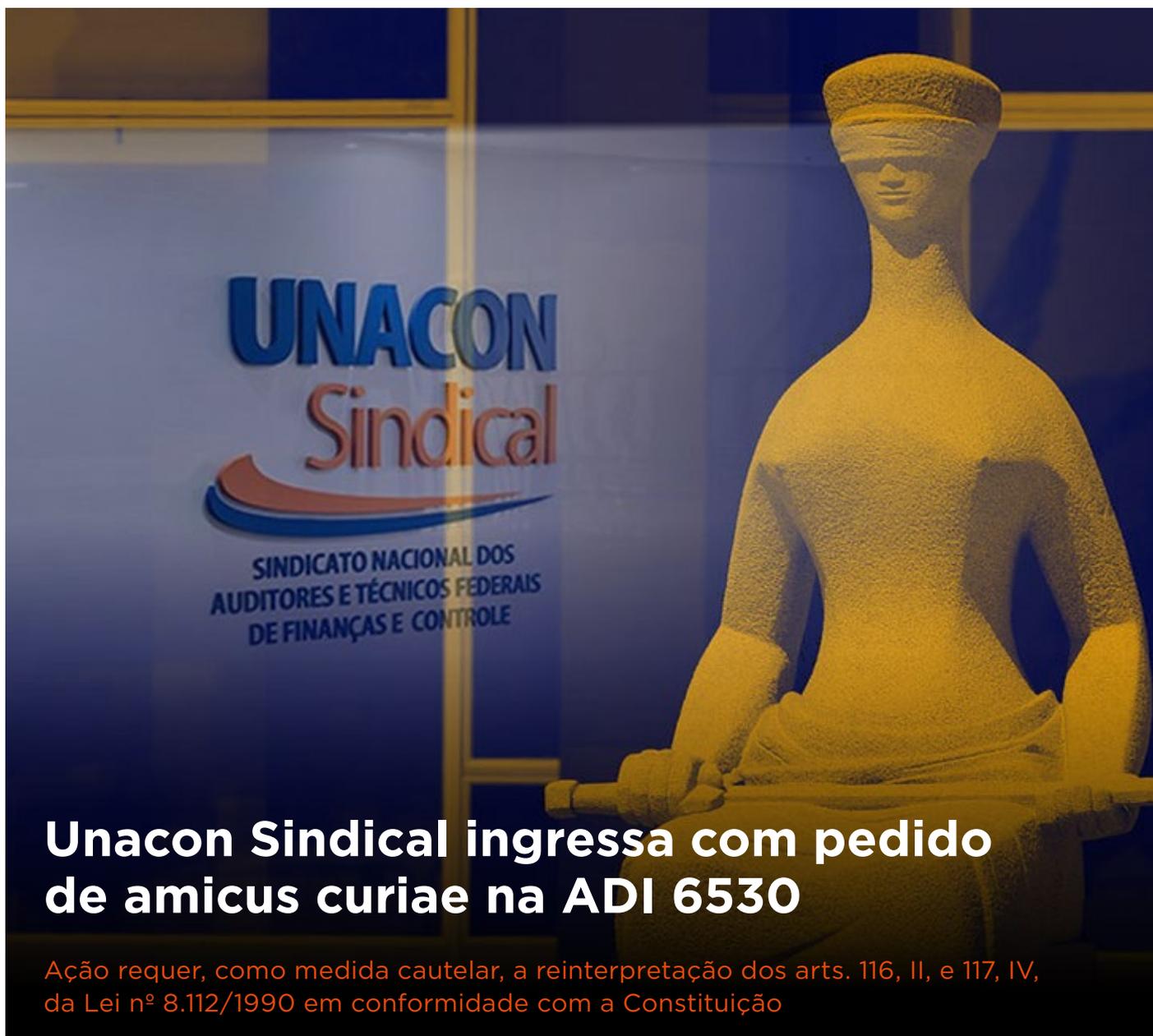
No julgamento, o relator, ministro Marco Aurélio, considerou que, como a morte do servidor que instituiu a pensão ocorreu após a edição da Emenda Constitucional (EC) 19/1998, o teto remuneratório constitucional (artigo 37, inciso XI) deve incidir sobre a soma dos valores. O entendimento foi acompanhado pelos ministros Edson Fachin, Roberto Barroso, Rosa Weber, Luiz Fux, Cármen Lúcia e Gilmar Mendes.

Em outra frente, os ministros Celso de Mello, Ricardo Lewandowski e Dias Toffoli, entenderam que, como os fatos geradores de pensão, remuneração e aposentadoria são

distintos, o teto deveria incidir sobre cada valor separadamente, e não sobre a soma.

“Não é possível que o servidor público combativo, que dá o sangue para que a Administração seja bem-sucedida, seja responsabilizado pela crise financeira que não causou”, afirmou Lewandowski, em sua arguição.

Com a decisão do Supremo, fica firmada a tese de que “ocorrida a morte do instituidor da pensão em momento posterior ao da EC 19/1998, o teto constitucional previsto no inciso XI do artigo 37 da Constituição Federal incide sobre o somatório de remuneração ou provento e a pensão recebida por servidor”. ●



## Unacon Sindical ingressa com pedido de amicus curiae na ADI 6530

Ação requer, como medida cautelar, a reinterpretação dos arts. 116, II, e 117, IV, da Lei nº 8.112/1990 em conformidade com a Constituição

No dia 2 de setembro, o Unacon Sindical ingressou, no Supremo Tribunal Federal (STF), com pedido de amicus curiae na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6530 contra a interpretação dada pela Controladoria-Geral da União (CGU), nos termos da Nota Técnica 1.556 de 2020, a dispositivos da Lei 8.112 de 1990. A ação, de autoria do Partido Socialista Brasileiro (PSB), requer, como medida cautelar, que, aos artigos 116, II, e 117, V, da referida Lei, seja atribuída interpretação em conformidade com a Constituição Federal, no que tange ao direito fundamental à liberdade de expressão.

“Está claro que a interpretação conferida pela NT nº. 1556/2020/CGUNE/CRG aos direitos e deveres dos servidores públicos federais é manifestamente

inconstitucional e, como assentado na jurisprudência, ofende as diretrizes democráticas, republicanas e plurais do Estado Democrático de Direito, passível de configurar ato de improbidade administrativa”, diz trecho da petição.

Desde a publicação da Nota Técnica, o Sindicato acompanha de perto os desdobramentos e busca alertar sobre o efeito sancionatório das orientações, tendo, inclusive, pautado a matéria em reunião com o ministro da CGU Wagner Rosário, em agosto. Agora, diante da sinalização dada pelo órgão, que apresentou pedido de rejeição da ADI, o Unacon Sindical levará os argumentos ao STF.

“A Nota Técnica se equivoca ao igualar as ‘opiniões contrárias’ do servidor ao descumprimento do ‘dever de

lealdade à instituição’. De um lado, inflaciona o dever de lealdade, igualando indevidamente orientação de governo ao interesse público; de outro, minimiza o direito fundamental de liberdade de expressão, relativizando valores democráticos. Mesmo equivocada, a Nota começa a produzir efeitos práticos ao intimidar servidores. Não se trata de um fato isolado. De nossa parte, não nos calaremos, continuaremos a perseverar em defesa dos nossos direitos”, afirma Bráulio Cerqueira, presidente eleito do Unacon Sindical. ●

Accesse a íntegra da petição no link <https://cutt.ly/thMNwVs> ou no QR code ao lado



# Unacon Sindical retoma diálogo com a Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal

Sindicato conduziu as três últimas reuniões realizadas com representantes da SGDP/ME no segundo semestre de 2020

O segundo semestre de 2020 foi marcado pela manutenção do diálogo com a Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia (SGDP/ME). Nas reuniões realizadas nos dias 14 de setembro, 6 de outubro e 5 de novembro, as entidades afiliadas ao Fórum Nacional das Carreiras de Estado (Fonacate), presidido pelo Unacon Sindical, apresentaram preocupações com o texto da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/2020, que trata da reforma administrativa. Rudinei Marques e Bráulio Cerqueira representaram a Diretoria Executiva Nacional (DEN) em todos os encontros.

Nas reuniões, Marques observou que depois de meses de estudos da

PEC 32/2020, “fica evidente que as mudanças atingirão duramente os atuais servidores, não obstante o discurso oficial de que as medidas só atingirão os futuros servidores”. “O Impacto da Reforma Administrativa para os atuais Servidores Públicos” foi, inclusive, tema de estudo publicado pelo Fona-cate, em novembro.

Dentre os impactos negativos destacados, Marques citou a multiplicação de regimes jurídicos e a criação dos chamados “cargos de liderança”, que implicarão no aparelhamento generalizado da Administração Pública por cargos comissionados que poderão, inclusive, exercer funções estratégicas, como as das carreiras de Estado.

O secretário da SGDP/ME, Wagner Lenhart, respondeu que é preciso fazer esse “movimento pela modernização da gestão pública”. Segundo ele, o governo tem “a convicção de que a PEC tem um texto voltado para a melhoria da gestão no país e esses desafios quanto ao aumento da quantidade de regimes jurídicos e vínculos de experiência serão superáveis ao longo do tempo”, citando o exemplo do que aconteceu na Previdência, com a criação da previdência complementar do servidor público. Disse, ainda, que os atuais servidores e os que entrarem até a edição de lei complementar regulamentadora serão mantidos nos atuais regimes jurídicos. ●

## Decreto ■

# Após reivindicação, SGP/ME retoma percentual de 5% de servidores em licença capacitação

Unacon Sindical, via Fonacate, pediu a revisão do Decreto 9.991/2019, que diminuía esse percentual, em três reuniões realizadas com representantes da Secretaria

A Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia (SGP/ME) retomou percentual de 5% de servidores em licença capacitação, por meio do Decreto 10.506, publicado no dia 2 de outubro de 2020. O Unacon Sindical, via Fórum Nacional das Carreiras de Estado (Fonacate), pediu a revisão do Decreto 9.991/2019, que diminuía esse percentual em, pelo menos, três reuniões com representantes da SGP/ME.

No encontro realizado no dia 7 de julho, o secretário Wagner Lenhart se



comprometeu a elevar o percentual de 2% para 5%, tornando possível, desta maneira, que maior contingente de servidores possa realizar cursos de aperfeiçoamento profissional. A reivindicação também teve repercussão na imprensa.

No dia 15 de julho, a demanda foi reapresentada ao coordenador-geral de Negociação Sindical no Serviço

Público, José Borges Filho, e ao diretor de Relações de Trabalho no Serviço Público, Cléber Izzo.

Duas semanas antes da publicação do novo Decreto, no dia 14 de setembro, as afiliadas ao Fonacate voltaram a cobrar o aumento do percentual de servidores em licença capacitação, em nova reunião com a SGP. ●

# Edição virtual da Conferência Nacional das Carreiras de Estado foi um sucesso

Evento reuniu especialistas, parlamentares e representantes do governo para debater “O Futuro do Serviço Público no Brasil”



Com uma homenagem bem-humorada, protagonizada pela Cia de Comédia G7, ao Dia do Servidor Público, comemorado em 28 de outubro, o Fonacate abriu a 6ª edição da Conferência Nacional das Carreiras de Estado, que, neste ano, em atenção às recomendações sanitárias, foi realizada em formato virtual.

A cerimônia de abertura contou com a presença dos deputados Professor Israel Batista (PV-DF) e Fábio Trad (PSD-MS), coordenadores da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público (Servir Brasil), do presidente de honra do Fórum, Roberto Kupski e do anfitrião, presidente Rudinei Marques.

Alinhados ao tema da Conferência, “O Futuro do Serviço Público no Brasil”, os participantes falaram do papel do setor na recuperação econômica e no enfrentamento à pandemia.

Para Marques e Kupski, a solução dos desafios atuais passa, necessariamente, por um serviço público de qualidade. “Precisamos retomar o crescimento econômico e nós, servidores públicos, temos um papel fundamental nesse processo. O futuro do país depende de um serviço público forte”, ponderou o presidente do Fórum.

Essa construção, na opinião do deputado Trad, depende da amplia-

ção do debate em torno da proposta de reforma administrativa, garantindo voz aos servidores. “O serviço público brasileiro é o próprio Brasil, que serve, que atende, que contribui e, por fim, que resolve”, destacou o parlamentar.

A atuação em defesa do serviço público no Congresso Nacional foi a tônica do discurso do deputado Israel Batista. À frente da Servir Brasil, ele falou sobre a relevância das contribuições técnicas para a discussão sobre a Administração Pública. “Decidimos produzir conhecimento, ao notarmos que os dados usados pelo governo não eram confiáveis”, relembrou. ●

## Painel 1

“É absolutamente imperioso que o Estado não seja mais analógico, nem mesmo somente eletrônico”, afirma Juarez Freitas



## Painel 2

Especialistas debatem rumos para a avaliação de desempenho no setor público



## Painel 3

Debate sobre estabilidade e assédio institucional encerra 6a Conferência do Fonacate



Rudinei Marques segue na Presidência do Fórum Nacional das Carreiras de Estado (Fonacate), representando a Federação Nacional dos Auditores de Controle Interno Público (Fenaud). Em 2018, Marques foi eleito, por unanimidade, presidente do Fonacate, na condição de presidente do Unacon Sindical, para o triênio 2019-2021.

Para Marques, a permanência na presidência do Fórum irá garantir ao Unacon Sindical

## Representando a Fenaud, Rudinei Marques permanece na presidência do Fonacate

Em 2018, Marques foi eleito presidente do Fórum, na condição de presidente do Unacon Sindical, para o triênio 2019-2021

a manutenção do protagonismo na condução de pautas importantes para o funcionalismo público. “Vamos dar prosseguimento à articulação parlamentar, de estudos técnicos e de mídia já em curso, contra o projeto de precarização da prestação de serviços públicos para a população. Batalha que, agora, conta com o primordial apoio dos Auditores de Controle Interno Público de todo o país. Braço que faltava para alcançarmos os ser-

vidores públicos nos estados e municípios”, pontuou. Marques foi secretário-geral do Fonacate na gestão de 2013-2015 e presidente na gestão 2016-2018.

Presidente do Unacon Sindical por três mandatos consecutivos (2011-2013, 2014-2017 e 2018-2020), Rudinei Marques continua na Diretoria Executiva Nacional (DEN) do Unacon Sindical na gestão 2021-2023, como secretário executivo. ●

# O Impacto da Reforma Administrativa para os atuais servidores públicos

Por: Larissa Benevides e Bruno Fischgold\*

**A** Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 32, conhecida como reforma administrativa, foi apresentada como um texto restrito aos novos concursados e que não atingiria os servidores públicos já em atividade. Mas não é o que ocorre na prática, uma vez que este grupo não foi retirado de significativas alterações constitucionais que se propõe.

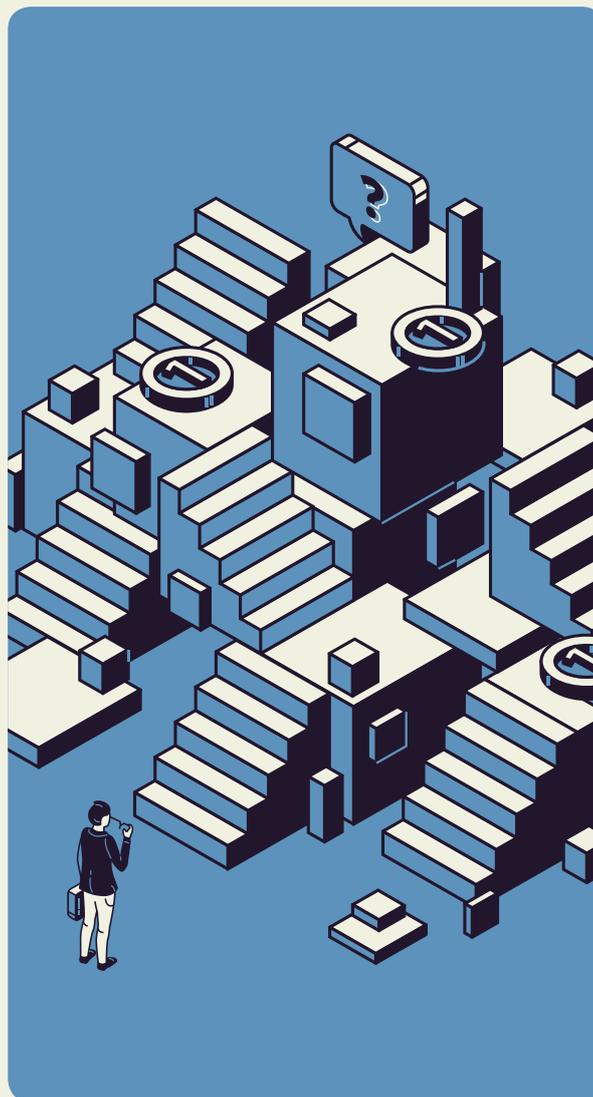
Há, de fato, regras de transição expressas no texto apresentado que buscam garantir algumas prerrogativas para os já investidos e que serão retiradas dos futuros concursados. Mas há outras que, embora colocadas como aplicáveis apenas aos novos agentes públicos, atingirão aqueles em atividade atualmente.

O Fonacate enumera essas mudanças no Caderno 14 da Reforma Administrativa. A publicação mostra que medidas tendentes à precarização do serviço público serão implementadas de forma imediata.

O combate ao emparelhamento do Estado fica fragilizado com o artigo 4º da PEC nº 32/2020, que prevê a substituição das funções de confiança e cargos em comissão por cargos de liderança e assessoramento. Estes poderão ser ocupados por qualquer cidadão para o desempenho de funções estratégicas, gerenciais ou técnicas, possibilitando que escolhidos pelo governo de ocasião desenvolvam funções precípuas de Estado.

A prerrogativa de livre transformação de cargos por decreto presencial encampada no novo artigo 84 da Constituição poderá ocasionar o esvaziamento de Carreiras e a alteração de competências, o que trará insegurança jurídica, seja para os novos, seja para os servidores em exercício.

O artigo 2º da PEC nº 32/2020 traz mais uma hipótese de perda de cargo para os atuais servidores: decorrente de decisão judicial proferida por órgão colegiado (não necessariamente irrecorrível).



As vantagens contidas no inciso XXIII do artigo 37 da Constituição serão observadas apenas enquanto perdurar lei que as normatize, como previsto no artigo 6º da PEC nº 32/2020. Ou seja, poderá haver perda remuneratória.

O §16 do artigo 7º afasta o pagamento de contraprestação pelo exercício de cargo em comissão, de liderança e assessoramento ou de função de confiança; gratificação de exercício, bônus, honorários, parcelas indenizatórias ou qualquer parcela que não tenha caráter permanente durante todas as licenças e afastamentos em que são mantidas a remuneração do cargo efetivo.

A revogação do §2º do artigo 39 da Constituição, por sua vez, levará ao enfraquecimento de escolas de governo, reduzindo oportunidades de capacitação e prejudicando atuais e futuros servidores.

Essas são apenas algumas das mudanças. É inquestionável, portanto, que a afirmação de que "Direitos e prerrogativas estruturais dos atuais servidores que compõem os quadros da Administração Pública

não serão afetados" contida na Exposição de Motivos nº 00047/2020, deve ser interpretada com ressalvas. Os atuais servidores precisam estar cientes das mudanças que estão por vir para todos. ●

**Larissa Benevides** é advogada, especialista em Direito Processual Civil pelo Instituto Brasileiro de Direito Processual (IDP).

**Bruno Fischgold** é advogado, mestre em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília – UnB. Ambos são sócios do escritório Fischgold e Benevides Advogados.

## Festa de Fim de Ano

Para manter a tradição, o Unacon Sindical driblou os desafios da pandemia e reuniu os filiados em uma festa de fim de ano virtual no dia 11 de dezembro. O vídeo, disponível no canal no Youtube, já tem mais de 1,8 mil visualizações. Ao longo do evento, cerca de 400 pessoas participaram ao vivo, no chat e no sorteio de brindes. Para os filiados, foram sorteados quatro smart TV's Samsung UHD 4K LED 55, dois Notebook Samsung Book E30 Intel Core i3, quatro smartphones Samsung A11, seis Caixas de Som JBL, três cafeteiras Nespresso Essenza e, com o oferecimento do Markt Club, um ano de plano odontológico grátis e três vouchers da Latam com 30% de desconto para qualquer trecho.

Em atenção à legislação sobre proteção de dados, a lista com o nome dos filiados contemplados no sorteio está disponível na área restrita do site <https://unacon.org.br/>



## Malha Fina

O Unacon Sindical verificou que alguns beneficiários da ação coletiva do PSS sobre o terço de férias caíram na Malha Fina do Imposto de Renda Exercício 2020, ano base 2019. O fato ocorreu devido às inconsistências nas informações entre o Poder Judiciário e a Caixa Econômica Federal transmitidas para a Receita Federal do Brasil em relação aos valores do processo. Veja como regularizar a situação com a Receita:

1) Acesse o site do e-CAC (<https://cav.receita.fazenda.gov.br/autenticacao/login>);

2) No menu, busque pelas seguintes opções: Declarações e Demonstrativos >> DIRPF – Declaração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física >> Meu Imposto de Renda (Extrato da DIRPF);

3) No ano de 2020, se houver pendências de malha, clique e selecione “Pendências de Malha” para verificar os detalhes;

4) Se os dados foram informados no campo indevido, será necessário fazer uma Declaração retificadora, consertando a inconsistência;

5) Se os dados foram informados no campo devido, solicite ao Unacon Sindical cópia completa do processo judicial para comprovar e regularizar sua situação junto à Receita Federal do Brasil;

6) Para as comprovações/entregas das documentações na Receita Federal do Brasil, deve-se observar que será preciso agendar pelo site da Receita Federal do Brasil (<https://cav.receita.fazenda.gov.br/autenticacao/login>) a entrega dos documentos que comprovem os Rendimentos Tributáveis de Pessoa Jurídica Recebidos Acumuladamente Pelo Titular.

**Em caso de dúvidas, entre em contato com o Unacon Sindical pelo telefone (61) 2107-5000**



## Cantata Virtual

O Coral dos Servidores do Ministério da Economia gravou a interpretação do arranjo de Eduardo Dias Carvalho para a música “Natal Branco”, do compositor russo Irving Berlin, para celebrar o advento do Natal. Toda a produção foi feita à distância. Os

ensaios foram realizados em plataforma de videoconferência e os músicos gravaram suas partes de casa. A maestrina Isabela Sekeff é a responsável pelo projeto que, nessa edição, contou com a participação de Alfredo Ericeira, ao piano, e Luciana de Oliveira, na bateria. Assista e se emocione! <https://cutt.ly/2hMB2IV>

## Reenquadramento

O governo federal publicou, no dia 25 de novembro, o Decreto nº 10.552/2020, que regulamenta o enquadramento dos servidores dos ex-Territórios Federais de Rondônia, do Amapá e de Roraima na carreira de Finanças e Controle e na carreira de Planejamento e Orçamento. A incorporação desses servidores na folha de pagamento da União está prevista no artigo 29 da Lei 13.681/2018. Em ofício enviado à Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia (SGP/ME), o Unacon Sindical cobra informações sobre os servidores que poderão ser enquadrados na carreira de Finanças e Controle, impacto orçamentário da medida e critérios a serem usados na comprovação das atividades de controle interno exercidas nos ex-Territórios. O documento foi protocolado no dia 3 de dezembro. O Sindicato segue acompanhando de perto os desdobramentos da matéria.

## Regional MG

“De Bem com a Vida”, trabalho desenvolvido pela regional de Minas Gerais, ganhou prêmio de Excelência 2020 da Controladoria-Geral da União (CGU), na categoria Gestão e Governança – Superintendências. Patrocinado pelo Unacon Sindical, o projeto é conduzido pelos Auditores Federais de Finanças e Controle (AFFC) Conceição Policarpo Correia Mourão de Oliveira, Ivana Paula de Oliveira Agostinho, Tania Santiago Braga Oliveira e Breno Barbosa Cerqueira Alves. Todos são filiados ao Sindicato. O grupo se destacou pela melhoria do clima organizacional com a promoção de diversas ações como aulas de yoga, adaptação do “Dia da Criança Cidadã” e uma campanha para os servidores compartilharem depoimentos sobre a rotina de trabalho durante a pandemia de Covid-19. Conceição Oliveira reconhece o apoio do Unacon Sindical para o sucesso do projeto. O patrocínio do Sindicato foi fundamental. O número de atestados médicos diminuiu bastante, desde a implementação das atividades”, revelou.



2020 não foi um ano qualquer. Que as dificuldades, as perdas, os desafios, os cuidados e as conquistas experimentados sejam fontes de aprendizado e força para o enfrentamento das batalhas vindouras em defesa do trabalho, de um mundo mais solidário e do nosso próprio planeta.

Com muita disposição e energia, nós, do Unacon Sindical, reafirmamos nosso compromisso de estar ao seu lado nessa caminhada.

Conte com a gente!

**FELIZ 2021!**

**UNACON**  
Sindical

SINDICATO NACIONAL DOS  
AUDITORES E TÉCNICOS FEDERAIS  
DE FINANÇAS E CONTROLE

 UnaconOficial  UnaconSindical

[unacon.org.br](http://unacon.org.br)